



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC I
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

JOÃO FAUSTINO NETO

**A EMANCIPAÇÃO DA PESSOA CEGA (PC) NO INSTITUTO DOS CEGOS DE
CAMPINA GRANDE**

**CAMPINA GRANDE – PB
2012**

JOÃO FAUSTINO NETO

**A EMANCIPAÇÃO DA PESSOA CEGA (PC) NO INSTITUTO DOS CEGOS DE
CAMPINA GRANDE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação de
História da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência
para obtenção do grau de Licenciado em
História.

Orientador: Dr. Josemir Camilo de Melo

F268e

Faustino Neto, João.

A emancipação da pessoa cega (PC) no Instituto dos Cegos de Campina Grande [manuscrito]: / João Faustino Neto. – 2012.

21 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Prof. Dr. Josemir Camilo de Melo, Departamento de História”.

1. Identidade 2. Habilidades 3. Emancipação da Pessoa Cega I. Título.

21. ed. CDD 305

JOÃO FAUSTINO NETO

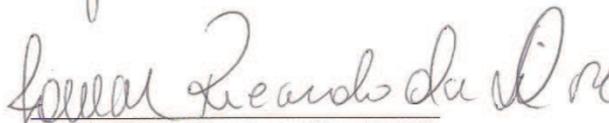
**A EMANCIPACAO DA PESSOA CEGA (PC) NO INSTITUTO DOS CEGOS DE
CAMPINA GRANDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação de História da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência
para obtenção do grau de Licenciado em História.

Aprovada em 26/06 2012.



Prof. Dr. Josemir Camilo de Melo / UEPB
Orientador



Prof. Dr. Jomar Ricardo da Silva / UEPB
Examinadora



Prof. Dr. Patricia Cristina Aragão Araújo / UFCG
Examinadora

A EMANCIPAÇÃO DA PESSOA CEGA (PC) NO INSTITUTO DOS CEGOS DE CAMPINA GRANDE

João Faustino Neto¹

RESUMO:

Nossa intenção com este artigo é tentar mostrar a contribuição do Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste (IEACN) que tem sido um espaço de novas socializações das pessoas cegas em Campina Grande (Paraíba). Para isto, nos valem de leituras, da aplicação de entrevistas semiabertas e de coletas de nossa própria experiência como pessoa cega que tem atuado no próprio Instituto. A pesquisa oral incluiu uma amostra de dez pessoas, com pessoas de ambos os sexos de idades diferentes, bem como a causa de sua cegueira. A intenção foi verificar as mudanças na vida social de cada entrevistado após terem feito cursos e adquirido novas habilidades no IEACN.

PALAVRAS-CHAVE: identidade, habilidades, emancipação da pessoa cega.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a questão das pessoas deficientes (GUIMARÃES, 2009) constitui um tema que tem sido muito discutido, o que, para nós, implica que novos valores referentes ao mesmo entram em cena, como por exemplo, a questão da emancipação dessas pessoas que difere da das videntes (pessoas que têm visão normal). Sendo diferente, a emancipação da PC tenta buscar para si um sentido de igualdades em relação aos ditos normais, ou seja, as PC buscam, no Instituto dos Cegos, possibilidades que lhes garantam sua emancipação e, conseguinte, uma autonomia em relação à prática de leitura e escrita em braile; ao caminhar sozinho de bengala fora do Instituto com vista a obter maior nível de acessibilidade etc.

A pesquisa partiu de nossa experiência no Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste (doravante IEACN) cujo lema é “Educando para amor vida”, onde a emancipação ansiada pelas pessoas cegas (PC) é estimulada e se manifesta de formas diferentes. Sendo o IEACN um dos estimuladores da emancipação da PC,

¹ Graduando no curso de Licenciatura Plena em História – UEPB.

percebemos que, alguns cegos se emancipam no momento em que adquirem a leitura braile; outros no momento em que aprendem a andar sozinhos; outros ainda se emancipam através do aprendizado da música etc. Nesse contexto, existem várias formas de emancipação, ou seja, a PC pode estar emancipada para umas coisas e para outras, não.

Isso nos leva a pensar, no dizer de Martins e Bartaloti (apud GUIMARÃES, 2009), que as PC estão incluídas numa atividade ao mesmo tempo em que estão excluídas de outras. Por exemplo, algumas PC estão incluídas na técnica da leitura braile, ou na técnica da leitura através das novas tecnologias, o que indicam que essas podem, ao mesmo tempo, estar incluídas nas duas técnicas, e, ao mesmo tempo, não. Portanto, o termo exclusão pode ser esclarecido de acordo com Bartaloti (Op. cit., p.12): “excluídos de onde, ou de que? Incluídos onde ou em que? e principalmente, excluídos por quê?”. Nessa perspectiva, quais os valores que estabelecem o outro (PC), trazendo os limites entre os teares da exclusão/inclusão? Tais considerações confirmam a ideia de que “ao longo da história o conceito de deficiência que foi sendo construído, certamente o foi na perspectiva de atender aos interesses daqueles que se apresentavam como eficiente” (GAIO, 2004, p. 9 apud GUIMARÃES, op. cit.).

Para discutir essa problemática, empreendemos uma pesquisa com base na História Oral com coleta de dados através de entrevistas realizadas com nove pessoas cegas (entre 20 e 50 anos). Além dessas nove pessoas, pretendíamos entrevistar a décima, a qual se recusou a participar do trabalho. Dentre essas, algumas são cegas de nascença e outras cegaram entre as fases da infância e da vida adulta. Em virtude disso, algumas chegaram ao instituto para aprender a ler, sendo introduzidas, portanto, na técnica da leitura em braile, enquanto outras chegaram (uma pessoa) com certo grau de escolarização.

METODOLOGIA

A pesquisa empreendida consiste no desdobramento de um projeto realizado na disciplina de Elaboração de Projetos de Pesquisa, ministrada pelo professor Josemir Camilo de Melo, acerca do papel do IEACN para a emancipação da pessoa cega. Neste artigo, pretendemos dar continuidade ao referido projeto, tomando como divisor de águas o Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste (IEACN) – o qual, temporariamente, ficou fechado pelos poderes públicos – que está inserido no contexto

regional nordestino, atendendo não só às Pessoas cegas campinenses, mas também às Pessoas cegas de toda a região.

O nosso interesse nessa pesquisa foi detectar as rupturas no que diz respeito ao modo como a sociedade vê o cego e ao modo como o próprio cego se vê e age em meio a essa sociedade a partir da prática pedagógica do IEACN, que é voltada para a emancipação das pessoas cegas que a ele estão ligados.

Para a realização da pesquisa, utilizamos as metodologias descritas a seguir:

A pesquisa em história oral, a qual, segundo Alberti (2010, p. 155) “consiste: na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente”. Considerando o cego como objeto da pesquisa, a pretensão deste artigo não se volta à construção de uma história oral militante (Idem, p. 159), tendo em vista que esta:

à medida que a ênfase sobre a História “de baixo” acaba vinculada à noção de “povos sem escrita”, a História oral torna-se uma “compensação” para a incapacidade daqueles grupos de escreverem sobre si mesmos. Assim, um argumento que, inicialmente, reclamava maior importância para os “de baixo”, corre o risco de acabar reforçando, ainda que de modo indireto, o preconceito em relação a eles: eles não são capazes de deixar registros escritos sobre si mesmos.

A preocupação da pesquisa refere-se aos cegos enquanto sujeitos dotados de capacidades de ação em detrimento de uma autoria exterior ao grupo de cegos pesquisados. É evidente que esta parcela da sociedade campinense exerce uma expressiva ação no que diz respeito às decisões tomadas de si para si e de si para os outros, exercendo a sua alteridade e não sendo vítima do sentido de alteridade (TODOROV, 2003).

A pesquisa se deu com base na trama histórica na qual se deram e se dão as relações dos cegos com a sociedade com vista à identificação das demarcações territoriais em torno das identidades culturais, identificadas nas fontes orais obtidas por meio de entrevistas estruturadas (anexas no final trabalho). Estas se caracterizam por serem “aquelas em que as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna” (SEVERINO, 2007, p. 125).

Para a coleta das entrevistas que se deu entre os meses de março e maio de 2011, procedemos ao registro a través de gravador digital, tendo essas entrevistas ocorrido, no Instituto dos Cegos, sendo, logo após, transcritas. Para a transcrição das mesmas, não

seguimos rigorosamente as normas de transcrição da conversa, conforme estudos da análise da conversação, porque nosso objetivo não é analisar características da conversa. Dessa forma, fizemos as transcrições, seguindo a ortografia com indicação de pausas: as repetições eram registradas e o discurso era registrado *ipsi litteris*.

Tais entrevistas (gravadas e transcritas) foram realizadas com nove pessoas cegas frequentadores do IEACN, os motivos para irem ao Instituto são variados, entre eles: a) alguns para trabalharem; b) outros para praticarem esporte; c) para estudarem; d) para ensinarem. A faixa etária dessas pessoas variou entre 29 anos a 64 anos, dos quais um se recusou a declarar sua idade.

Tal grupo de entrevistados caracteriza-se como a “rede” (MEIHY, 2007, p. 54) para a qual se voltou a pesquisa, pela consideração de que este grupo se encaixa na definição do autor, segundo a qual: “A riqueza das redes indica a fertilidade dos motivos que, sob um mesmo motivo central – que no caso da presente pesquisa é o IEACN e seu papel emancipador – (...) teriam promovido os deslocamentos”, que, ainda no caso da presente pesquisa, tratam-se de deslocamentos temporais (tendo em vista a abordagem histórica que aqui é feita) e conceitual (tendo em vista a ruptura nos modos de pensar sobre e de tratar a pessoa cega, ao longo do tempo).

Esta “rede” por sua vez, é apenas a subdivisão de um grupo maior; também identificado por Meihy (2007, p. 52), que lhe atribuiu a denominação de “colônia”; ideia que aqui remete ao próprio IEACN, que assim pode ser classificado para não se dissolver na coletividade de seu contexto (que é composto pela comunidade da região onde situa), e que, por sua vez, é identificada pelo mesmo autor, como sendo a “comunidade de destino” (2007, p.51), a qual se destina também a contribuição que este trabalho pretende ser.

A entrevista constitui-se de nove perguntas, das quais duas foram direcionadas especificamente aos gestores do IEACN e que diziam respeito à questões como o funcionamento da máquina administrativa do IEACN e as atividades oferecidas pela instituição aos seus frequentadores.

As demais perguntas referiam-se à causa de perda da visão; à maneira como era a vida de cada sujeito pesquisado antes de frequentar o IEACN; aos comentários sobre atividades do IEACN e como elas influenciaram na vida de cada um deles; assim como a impressão que os cegos tem de si mesmos na sociedade vidente e a que eles percebem que essa sociedade tem deles.

Além dos dados já apresentados, fizemos uso da análise das falas proferidas

pelos entrevistados, tendo em vista que tais falas não foram nem deveriam ser meramente consideradas como produto final do trabalho realizado, concordando, assim, com a afirmação de Alberti (2010, p. 158) na qual argumenta que “o equívoco [de alguns trabalhos] está em considerar que a entrevista publicada já é ‘História’ (...)”.

A respeito do porque a entrevista para a escrita da história oral não pode ser considerada como história em si, diz que se caracteriza enquanto “(...) uma fonte intencionalmente produzida, colhida a posteriori” (Idem, p. 168) dos fatos ocorridos, e, portanto as informações colhidas nas entrevistas se caracterizam como “relatos de ação”, que segundo a definição de Alberti (Idem, p. 168) – ao apropriar-se da fala de Peter Huttenberger – “(...) o relato de ação, posterior a ela, poderia ser exemplificado por uma carta que informa sobre a ação passada, ou ainda por memórias e autobiografias”.

Sendo, a entrevista, “relato de ação” advindo da memória, e, sendo a memória constituída como um artifício político-social para marcar os elementos identitários de uma comunidade (MEIHY, 2007, p. 51), ela se diferencia da história já que esta configura-se na ciência, que se apropria desses relatos de memória, documentando-os, analisando-os e atribuindo-lhes, por meio dessas ações, caráter oficial.

Considerando que a entrevista publicada não é história, pode-se pensar no uso dela na aplicação da técnica de escrita da história oral, como fonte (presente, viva e recente) para reflexão das tramas históricas vivenciadas pelos cegos na sociedade. Nessas tramas, estão em jogo os termos utilizados para se referir aos cegos e, por conseguinte as ideias neles contidas de maneira que não podem ser pensadas – tais ideias – como sendo dissociadas de seus contextos gerais ou específicos, que por sua vez, também serão considerados aqui de acordo com sua relação com o objeto proposto.

Seguindo, ainda, a fala de Alberti no que diz respeito às formas de transcrição e de interpretação das entrevistas aqui utilizadas. De acordo com seu argumento:

(...) as palavras empregadas pelo entrevistado são importantes para a interpretação de sua narrativa. A escolha de determinadas palavras e formas de se expressar informa sobre a visão de mundo e o campo de possibilidades aberto aquele indivíduo, em razão de sua experiência de vida, sua formação, seu meio, etc. Se ele escolhe determinadas palavras, e não outras, é porque é daquela forma que ele percebe o sentido dos acontecimentos ou das situações sobre os quais está falando (ALBERTI, op. cit., p. 185-186).

Seguindo, ainda, a fala de Alberti, segundo a qual: “Na análise das entrevistas de

história oral deve-se ter em mente também outros tipos de fontes (...)”. (Idem, p. 187); o presente estudo há de lançar mão de fontes documentais impressas, a saber: os recortes de jornal e panfletos que constituem o arquivo particular do IEACN; e certa quantidade de cordéis referentes à temática “pessoa cega”, advindos do acervo da biblioteca Átila de Almeida, pertencente à Universidade Estadual da Paraíba.

Pretendíamos, anteriormente, estabelecer um diálogo com os documentos do arquivo do Instituto dos Cegos, mas devido à urgência de fazer este artigo, optamos só por trabalhar as falas dos depoentes no sentido de que este presente – e o contexto que levou a problematização deste tema – se configura como o tempo de ações práticas e ideários das ações no que diz respeito aos modos de pensar (sobre) e de agir das pessoas cegas em relação à sua emancipação.

Há de se praticar, portanto, não apenas a construção da escrita de uma história particularizada que independente das lacunas existentes no tratamento desse objeto, tentamos, aqui, a escrita de uma história interessada não apenas em textos e fontes, mas na articulação e interpretação que deles se pode fazer com o contextos social dos personagens que se emanciparam através das ações do Instituto dos Cegos.

1. Esboço de história sobre a pessoa cega e seu Instituto²

Tema em vigor nas discussões da sociedade contemporânea, a pessoa com deficiência é objeto de estudo de vários teóricos nas diferentes áreas do conhecimento. Dada a diversidade de tratamento peculiar a esse tema, pretendemos, neste capítulo, trazer à tona percepções desta emancipação das Pessoas cegas a partir do Instituto.

Nos últimos anos, dentro da evolução tecnológica que se apresenta cada vez mais forte, alguns países tornaram-se também cada vez mais fortes em função da busca por um mercado cada vez maior, mais abrangente; que proporcione, dentro do sistema de produção capitalista, o atendimento e o fornecimento de bens e serviços a cada vez mais pessoas. Para tanto, foi necessário não só o aumento da capacidade produtiva da indústria, mas, principalmente, o alargamento do mercado consumidor, por meio da inserção de mais segmentos da sociedade dentro da lógica de funcionamento capitalista.

Dentre esses segmentos pode-se citar o exemplo da inserção das pessoas com

² Para esta parte do artigo tivemos a leitura da Introdução da dissertação de Zuleide Maria de Arruda Santiago Guimaraes, intitulada “*O Desempenho do/a leitor/a em situações de prova em tinta junto a pessoas cegas (PC)*”, com a qual debatemos alguns pontos de vista e que aqui queremos agradecer profundamente sua contribuição.

deficiência, sobretudo no contexto do mercado capitalista, como indivíduos com potencial produtivo, o qual vem sendo incentivado pela educação técnica voltada especificamente para a sua habilitação para o trabalho; no Brasil, por exemplo, desde os tempos do império, quando o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado em 12 de setembro de 1854 e sediado na cidade do Rio de Janeiro, destinava-se, entre outras atividades relacionadas à educação, ao ensino de ofícios fabris e trabalhos manuais (JANNUZZI, p. 11-12, apud GUIMARÃES, 2009); até períodos mais recentes na história, onde instituições tais como: a Escola Rodrigues Alves, no Rio de Janeiro, que se configurava como um estabelecimento estadual e regular aberto ao atendimento de deficientes físicos e visuais, fundada em 1905, a partir da ideia de que a educação também poderia se estender a este público; além da Escola Estadual São Rafael, fundada em Belo Horizonte, em 1925; e do Instituto de Cegos da Bahia, fundado em 1936, em Salvador; ambas criadas com o intuito de atender ao deficiente visual e as pessoas deficientes como um todo, incluindo-os, pela via da educação, no mercado de trabalho, o que vem sendo feito até hoje.

Ao longo do tempo vários personagens, associações, instituições e mesmo ações – como campanhas governamentais, por exemplo – fizeram parte de estratégias de atendimento (num momento histórico em que a deficiência era pensada como doença de um modo generalizado) e de inclusão, de acordo com o sentido que as discussões e estudos a cerca deste tema vêm tomando por meio de ações como o da Organização das Nações Unidas (ONU) que em 1981 decretou o Ano Internacional do Deficiente, que, segundo Roberta Gaio (2004, p. 159) “teve como objetivo levar o mundo a pensar sobre a problemática dos corpos deficientes”.

Neste contexto se insere a prática assumida pelo estado moderno brasileiro expressa pela Lei n° 12.435 de 6/7/21011 (que altera a Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social). Esta lei garante uma assistência no sentido financeiro às pessoas com deficiência através do Art. 2, alínea e): a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência. Entretanto, nos últimos decênios um movimento com um duplo sentido entre em cena de maneira cada vez mais presente: o ensino técnico.

Partimos da fala de que a pessoa deficiente não só pode, como deve ser independente, conforme ouvimos dos nossos entrevistados; não apenas no que diz respeito a sua vida privada, como também no que diz respeito à sua própria manutenção, financeiramente falando; como o que outrora fora identificado por Jannuzzi (op. cit., p.

26) ao afirmar que “Essa profissionalização, defendida em nome da garantia da subsistência do cego e de sua família, abrangia sobretudo as profissões manuais (...)”. neste caso, referia-se à realidade do direcionamento do ensino por volta de 1890, no Instituto Benjamin Constant, e que se estendeu ao longo do tempo, sempre se adaptando aos avanços tecnológicos até os dias atuais.

O Estado, por seu turno, vem incentivando a inserção deste público como mão-de-obra ativa na indústria, por meio do incentivo ao ensino técnico, que (apoiado por esse ideal de independência financeira) tem por objetivo preparar e encaminhar estas pessoas para o mercado de trabalho. No atual contexto, o governo se vê desobrigado a fornecer este auxílio financeiro ao mesmo tempo em que esta parcela da população se torna oficialmente contribuinte. Além deste aspecto, a indústria que admite pessoas cegas em seu quadro de funcionários recebe a isenção parcial de alguns impostos.

Neste contexto se faz necessária uma análise sobre os pontos de vista a respeito da pessoa deficiente e principalmente sobre as pessoas cegas, no sentido de atentar pra a inferência de influências exercidas pelos múltiplos sentidos culturais que permeiam diversos tempos e espaços, nunca de maneira gratuita; no que dizem respeito à questão da construção da identidade da pessoa cega e da relação de alteridade na qual ela se constrói enquanto sujeito e é construída como objeto de identificação de outros.

Do ponto de vista histórico, ao longo do tempo a *deficiência* foi sendo estabelecida enquanto conceito a partir das relações de alteridade, impostas por quem se identifica como *eficiente*, ao mesmo tempo em que coloca a eficiência como conceito legitimador de um lugar de poder construído por esta relação.

Hoje, tais conceitos: eficiência e deficiência; foram ressignificados, por movimentos como o das autoras; Roberta Gaio e Rosa G. K. Meneghetti (2004, apud GUIMARÃES, 2009), ao considerar que tais significados, na prática, estão atualmente muito ligados à relação que o ser humano estabeleceu e estabelece como meio em que vive, este meio, podendo ser imediatamente entendido no sentido material.

Entretanto, é possível ainda adicionar nesse sentido, o próprio meio social, tendo em vista que o meio material, de maneira isolada, não é o único fator de peso nesta relação de definição da deficiência e da eficiência; pois, ao longo da história da relação do homem com o meio, a associação entre os seres humanos foi necessária; e a vida em sociedade – resultante das mais complexas formas de associação humana – foi sendo construída como mediadora da relação de cada homem com o meio que o envolve, de modo que mesmo as ações individuais têm como pano de fundo e condição de

existência uma herança cultural apreendida de forma coletiva num meio social.

Neste sentido, ou seja, inserida no meio social, é que se pode traçar uma breve história do que foi e é considerado como deficiência e, especificamente, delinear, com uma história inserida nesta, à que se refere à cegueira e ao modo como foi tratada através do tempo até os dias de hoje.

Autores como Roberta Gaio (apud GUIMARÃES, 2009) buscam construir uma história da deficiência através da história da relação do homem com o seu corpo; iniciando sua fala por meio de uma “história do possível”, tratando do que comumente se denomina “pré-história”, período no qual as sociedades não se apresentavam com a mesma complexidade que pode ser notada hoje, e sem o domínio da técnica que lhes proporcionasse uma fixação na terra.

Saindo deste recorte temporal para passar ao período dito clássico, pode-se pensar a deficiência no contexto de uma sociedade para a qual o corpo deveria se submeter a ideais como o de perfeição física. Neste sentido o corpo deficiente se via diante de uma continuação da eliminação que, naquele momento não atendia mais a ideia de sobrevivência, mas sim, à ideia de um padrão. Portanto, pode-se pensar a relação desta sociedade com o deficiente como sendo expressa pela relação de segregação.

Com o advento da modernidade e do pensamento humanista instaurou-se entre os direitos humanos, o direito a vida e a cidadania, garantidos primordialmente pelo Estado Moderno que, a partir de então, se viu comprometido com o papel de assegurá-los à sociedade, que engloba essa parcela da população que outrora fora marginalizada.

Tratando especificamente de uma história da cegueira, Mazzotta (2001, apud GUIMARÃES, 2009) também fala de iniciativas pioneiras como a de Valentin Haüy, que fundou em Paris o Instituto Nacional dos Jovens Cegos, no ano de 1784, com uma didática que lançava mão do recurso de letras em relevo para a alfabetização das pessoas cegas. Além de ter sido, segundo Jannuzzi (2004, p. 29 apud GUIMARÃES, 2009), “uma das primeiras pessoas a usar letras em relevo e a simplificar as versões anteriores de modo que fosse mais fácil identificar as letras só pelo toque, sem precisar contorná-las”.

A iniciativa de Haüy serviu para a construção de outros institutos de atendimento a essa parcela da sociedade identificada pela ausência da visão. A abrangência dessa iniciativa alcançou em pouco tempo grande parte do território europeu, incluindo países como o Reino Unido; a Itália; a Alemanha e a própria França,

na qual o Instituto dos Jovens Cegos fez multiplicar o número de iniciativas locais.

No entanto, tais iniciativas não se restringem ao campo do mero assistencialismo, elas também abrangem o desenvolvimento de técnicas, por meio das quais se buscava a elevação da qualidade de vida das pessoas cegas, além de, aos poucos, incentivar a inclusão destas pessoas no meio social.

Neste contexto, merece destaque a figura de Charles Barbier, um oficial do exército francês que em 1819 levou ao Instituto dos Jovens Cegos, fundado por Haüy, um sistema de escrita por ele desenvolvido, inicialmente para a comunicação interna do próprio exército durante os períodos de guerra, e que Barbier acreditou poder servir de maneira mais prática aos interesses do instituto.

Dez anos depois, em 1829, Louis Braille, que foi aluno do mesmo instituto parisiense e teve contato com obras escritas com o sistema inventado por Barbier, desenvolveu uma adaptação deste sistema de escrita, tornando-o mais prático e completo do que já se apresentava para pessoas cegas; “(...) apesar de [Braille] ser professor no instituto e morar ali durante toda a sua vida, [o sistema de escrita de sua autoria] só teve sua criação oficialmente aprovada dois anos após sua morte, em 1854”. (JANNUZZI, 2004, p. 29, apud GUIMARÃES, op. cit.).

O sistema de escrita que recebe o nome de Braille foi e é constantemente modificado e readaptado para atender às necessidades das mais diversas situações em que a escrita se faz necessária.

No Brasil, em 1854, por meio do Decreto Imperial nº 1428, Dom Pedro II fundou na cidade do Rio de Janeiro, então, capital do império, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que foi inaugurado no dia 17 de setembro do mesmo ano, logo após sua fundação. Mudado no governo republicano para Instituto Nacional dos Cegos e cerca de um ano depois, por meio do Decreto nº1320, a escola passou a denominar-se Instituto Benjamin Constant (IBC), como até hoje é conhecido no Brasil.

A partir da iniciativa de criação e manutenção do Instituto Benjamin Constant, outras instituições foram surgindo, sejam direcionadas para o atendimento infantil educacional, sejam direcionadas ao atendimento da pessoa adulta, abrangendo deficiências que não só a cegueira e contando com o subsídio governamental ou não; a exemplo das já citadas: Escola Rodrigues Alves, no Rio de Janeiro; Escola Estadual São Rafael, em Minas Gerais; e o Instituto de Cegos da Bahia, na capital, Salvador.

Além da mobilização por meio de outros tipos de ação como a da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, que existe desde 1946 até os dias de hoje; atualmente sob o

nome de Fundação Dorina Nowil.

Outra importante ação governamental foi a criação da “Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão”, que inicialmente fora vinculado à direção do Instituto Benjamin Constant; para, em 1960, desvincular-se do IBC no intuito da promoção de algumas mudanças que tocaram não só a sua desvinculação do IBC, como a sua vinculação direta ao gabinete do Ministério da Educação e Cultura, além da sua mudança de nome para; “Campanha Nacional de Educação de Cegos”; e de diretoria, assumida em 1962 pela professora Dorina Gouveia Nowil; que, de acordo com Zuleide Maria de A.S. GUIMARÃES (2009, p.25), também mobilizou esforços que resultaram na criação da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, em 1946, que, logo em seguida, mudou de nome para homenageá-la por seus esforços como aluna e professora de pessoas cegas, tendo se tornado também, cega aos 17 anos de idade.

Apesar destas fundações, o caso da cegueira no Brasil, pode-se constatar que tem aumentado: “A partir de 1990, a deficiência visual cresceu de maneira assustadora, alcançando a percentual de 48,5% dentre os 24,5 milhões de brasileiros portadores de necessidades especiais”. (BOLONHINI JÚNIOR, 2004, p. 21, apud GUIMARÃES, op. cit.), Este aumento ocorre em países com grandes desigualdades sociais e, como no Brasil em que cerca de 60% das ocorrências de cegueira poderiam ser evitadas (LIMA, 2004, p. 74, apud GUIMARÃES, op. cit.).

No caso do nosso IC, ele surgiu graças à iniciativa do advogado e funcionário público (fiscal de rendas), José da Mata Bonfim que fundou, em 1952, o Instituto em sua própria casa, no bairro da Prata. Lutou muito com os poderes municipal e estadual por uma sede, até que em 1959, sob a administração de Elpídio de Almeida, foi publicada, no “Semanário Oficial” a doação de um terreno para a construção da nova sede da instituição. No ano de 1999, foram tomadas novas atitudes para restaurar o prédio da entidade, com o início do trabalho de limpeza e recuperação do prédio que fora sede da instituição e que estivera fechado por um longo período. É a José da Mata Bonfim, fundador do IEACN, que a pessoa cega de nossa cidade deve um grande reconhecimento.

2. A emancipação da pessoa cega e o Instituto dos Cegos

Para entender a emancipação da pessoa cega na sociedade, nos valem da questão de alteridade que, segundo Todorov (2003), constitui-se num olhar de superioridade do *eu* sobre o *outro*. Por outro lado, na questão da construção identitária,

usamos Hall (2000) que considera a partir da existência dos sujeitos do iluminismo, sociológico e pós-moderno.

Como teórico dos estudos culturais os quais se voltam para o estudo da cultura no plural, Hall (2000) preocupa-se com a construção das identidades culturais na pós-modernidade como formadora das culturas existentes. Nessa perspectiva, ele questiona se existe uma crise de identidade na construção dos sujeitos atuais, e se essa crise influencia na própria construção dos sujeitos ou na construção cultural na qual esses sujeitos estão inseridos.

Tais sujeitos se diferenciam pelo ponto de referência de sua constituição que é responsável pela formação da identidade de cada um deles e, a partir desse centro, ele forma sua imagem nas relações sociais em que está inserido, sendo essas relações sinalizadoras de questões de alteridade (TODOROV, op. cit.), segundo a qual a pessoa cega, nessas relações, desenvolve um sentido de identidade inferiorizada ou superiorizada em relação aos seus outros, desembocando, assim, na sua autonomia ou não. As relações de inferioridade são consideradas, aqui, como relações de exclusão em relação à sociedade vidente, aqui entendido como sociedade de pessoas com visão normal. Esse aspecto foi detectado por nós nos sujeitos pesquisados, tendo alguns sujeitos, no relacionamento com a sociedade e no Instituto dos Cegos de Campina Grande, trazido características do sujeito sociológico; e outros do sujeito pós-moderno. Isso será tratado a seguir.

O sujeito do iluminismo, para Hall (2000), é um sujeito totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades da razão, da consciência e da ação. Nesse sujeito, há um centro de construção voltado para um núcleo interior nele existente e que funcionaria como uma espécie de natureza individual e imutável. Esse sujeito, na essência, é ele mesmo sem mudar ao longo de sua existência. Já o sujeito sociológico, Hall defende que sua constituição dá-se através do meio social. O núcleo de construção dele não se assemelha ao núcleo do sujeito anterior, mas seu núcleo é “formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ela/ela habitava” (HALL, 2000, p. 11).

Nessa perspectiva, a identidade desse sujeito é formada na interação entre o eu e a sociedade, o que nos leva a pensar que a identidade da pessoa cega também é formada na relação dela com a sociedade e, conseqüentemente, os espaços por ela frequentados, a exemplo do Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste.

A identidade que aqui queremos analisar é a da pessoa cega que foi acolhida pelo IC, para verificar o que o Instituto ajudou em sua emancipação. Fazendo um balanço de todos os depoimentos que gravamos da entrevista, temos várias habilidades e/ou ou cursos adquiridos/exercidos no Instituto. A maioria respondeu que sua maior habilidade adquirida foi a leitura e a escrita em braile. Mas também adquiriram o uso das novas tecnologias, por exemplo, operadora de telemarketing. Outros melhoraram no caminhar através do uso da bengala longa. E outros adquiriram nova identidade através da conclusão do ensino fundamental e médio; preparação para o vestibular, treinamento na área esportiva e aprendiz de música.

Os depoimentos de quem passou pelo Instituto dos Cegos mostram uma retomada de atividades que antes pareciam impossíveis. Tomaremos alguns destes depoimentos como exemplos, para mostrar a mudança ocorrida na vida social da pessoa cega depois que passou pelo Instituto. Um bom exemplo é Maria Zélia, como nos conta “Não fiquei capacitada para outras atividades, mas de leitura, de ver coisas menores, dinheiro”. Através do Instituto, Zélia, que já veio alfabetizada em escola regular, porque sua cegueira não era de nascença, conseguiu aprender Braile e se tornou também operadora de telemarketing por quatro anos. Do Instituto ela diz: “Então, conhecer o Instituto dos Cegos se mostra um leque de recursos que antes você não conhecia, então eu digo assim: conhecer o Instituto dos Cegos pra mim foi uma coisa maravilhosa (Maria Zélia, 57 anos, ficou cega aos 47)”³.

Ao mesmo tempo em que vemos o que o Instituto faz pela pessoa cega, também captamos o que a sociedade acha da pessoa cega. Segundo Alindeberg: “a sociedade, ela está mais aberta do que antes, mesmo e apesar que alguns momentos a gente encontra, né?! uma certa proteção; certo cuidado exagerado”. Adenize (34 anos), pedagoga e mestre em educação, também percebe uma sociedade preconceituosa: “Na sociedade ainda por conta de muitos modelos históricos que nós trouxemos do passado, ainda perdura uma concepção uma crença, uma associação de deficiência versus incapacidade”.

Maria Zélia também observa o caráter conservador da sociedade no que diz respeito à pessoa cega que é vista “lá fora, na sociedade de um modo geral, (que) as pessoas têm com os cegos como coitadinhos”. Mas depois de passar pelo Instituto dos

³ A pesquisa oral foi realizada nos meses de março a maio de 2011, dentro do espaço de nossa vivência e da comunidade entrevistada, no Instituto e, por motivo, de troca de ledora bolsista, as datas de cada entrevista se perderam.

Cegos, continua ela: “Quando você chega no Instituto e começa a olhar de igual para igual, vê as pessoas cegas podendo trabalhar, casar e ter filhos, e manter seu lar (...) você nem aceita lá fora quando as pessoas te chama de coitadinho”.

Já Fábio Almeida Silva que cegou devido ao deslocamento da retina, no Instituto, se habilitou na leitura em braile, ao mesmo tempo em que concluiu ensino fundamental e médio, habilitou-se nas novas tecnologias, tornando-se bancário e advogado.

CONSIDERAÇÕES

Tomando como exemplo minha própria experiência, colocando aqui algo de pessoa, entrei no Instituto na fase adulta, quando ceguei devido a um tumor cerebral com atrofiamento do nervo ótico. Embora eu tenha sido alfabetizado na escola regular, foi a partir do Instituto que comecei a minha preparação para o vestibular, ao mesmo tempo em que me iniciava no uso das novas tecnologias. Hoje, como estudante de história, e através desta pesquisa com gente da minha ‘comunidade de destino’, posso confirmar minha experiência de que o Instituto dos Cegos realmente tem ajudado na emancipação da pessoa cega, dando nova profissão ou habilitando para enfrentar as diversidades da vida.

Pela pesquisa oral levada a efeito, podemos verificar que a passagem pelo Instituto tem proporcionado habilidades para uma nova sociabilidade, pois entre nossos nove pesquisados, cinco possuem curso superior. Não só venceram as dificuldades como os preconceitos.

ANEXO I

Sujeito pesquisado	Fase da aquisição e motivo da cegueira	Alfabetização em braile	Habilidades e cursos adquiridos e/ ou exercidas no Instituto	Ocupação atual	Grau de instrução
Maria Zélia	Adolescência; <i>stargate</i>	Já era alfabetizada na escola regular	Leitura e escrita em braile; uso das novas tecnologias; melhoramento no caminhar através do uso da bengala longa; operadora de telemarketing (4 anos)	Doméstica	Médio incompleto
Fábio Almeida	Adolescência; deslocamento de retina	Já era alfabetizado na escola regular	Leitura em braile; conclusão do ensino fundamental e médio; treinamento na área esportiva; uso das novas tecnologias	Bancário e advogado	Especialista em direito
Alindenberg Araújo	Nascença	Foi alfabetizado em braile	Leitura e escrita em braile; conclusão do ensino fundamental e médio; uso das novas tecnologias	Estudante de cursinho prévestibular	Ensino médio completo
Rodolfo Virgínio	Nascença	Foi alfabetizado em braile	Leitura e escrita em braile; música; uso das novas tecnologias	Professor de português e de música no IEACN	Especialista em educação
Adenise Queiroz	Nascença	Foi alfabetizada em braile	Leitura e escrita em braile; uso das novas tecnologias	Professora da rede municipal e da universidade	Pedagoga e mestre em educação
Manoel Honório	Nascença	Foi alfabetizado em braile	Leitura e escrita em braile; uso de novas tecnologias; aprendiz de música	Estudante supletivo no IEACN e aposentado	Ensino médio incompleto
Romeu Medeiros	Fase adulta; deslocamento de retina;	Foi alfabetizado na escola regular	-	Estudante de filosofia e tesoureiro	Graduando de filosofia
José Otto Muniz	Nascença; toxoplasmose da mãe	Foi alfabetizado em braile	Leitura e escrita em braile; conclusão do antigo primário;	Professor de história e informática do Instituto	Bacharel em direito e especialista em história e direito

ANEXO II

Lista de entrevistados (março e maio de 2011)

Adenize Queiroz de Farias, 34 anos;

Alindeberg Araújo de Oliveira (não forneceu sua idade);

Fábio Almeida Silva, 29 anos;

José Otto Muniz Falcão, 40 anos;

Manoel Honório da Silva, 57 anos;

Maria Zélia Dantas, 57 anos;

Rodolfo Virgínio de Souza, 39 anos;

Romeu Medeiros Jerônimo, 64 anos.

ABSTRACT:

The aim of this article is to show the contribution made by Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste (IEACN), as a space of new social life for blind people in the city of Campina Grande (Paraíba). For this reason, we read some bibliography based in Guimarães (2009) and applied some interviews, as well as we refer our experience of becoming a blind people acting inside this Institute. The oral research includes a sample of ten peoples from both genders and with different ages, and the origin of his/her blindness. The main object was verify changes occurred in the social life of each one among the interviewed people after they had ran courses and acquired new abilities in the IEACN.

Keys-word: identity, abilities, blind people independence.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

GUIMARÃES, Zuleide Maria de Arruda Santiago. *O Desempenho do/a leitor/a em situações de prova em tinta junto a pessoas cegas (PC)*. Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino, Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. (Tradução de Tomaz Tadeu e

Glaucira Lopes Louro). Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom Meihy, HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto: 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América, A Questão do Outro*. São Paulo: Martin Fontes, 2003.